


ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Aos vinte e dois dias do mês de Março de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, na Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, situada na Praça Dr. Ismael de Souza, nº 55, Bairro Estação, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Lourenço: Renata Costa Prado, Alexandre Paulino Lopes, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes, Gilsea Pereira Gonzaga, Luiz Cláudio de Almeida Maciel, Demian Mendes Lage, Leandro Cândido de Carvalho e Maria Fernanda Cardoso. A primeira pauta da reunião foi referente a restauração do Aeroporto. Foi realizado um Edital com esse objetivo. No projeto nada será alterado com exceção do banheiro, que pela situação em que se encontra terá que ser reconstruído. Essa questão já foi analisada em Ata anterior no dia 08 de Setembro/2022 e aprovada pelos Conselheiros na ocasião. O Edital para restauração do Aeroporto já foi publicado, sendo que a Licitação do mesmo está agendada para o dia 11 de Abril/2023. Reiteramos que a estrutura e a cor serão mantidas. Será restaurada a parte elétrica, o teto e as portas. A Secretaria de Cultura tem recebido pedidos para realização de eventos no Aeroporto, sendo um desses pedidos para um evento no dia 1º de Abril/2023, aniversário da cidade. Mas a Secretaria de Cultura não atendeu ao pedido, pois o Aeroporto está sem condições de funcionamento, pois não atende às determinações de segurança as ANAC. Na semana anterior a Prefeitura pagou uma multa de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para a ANAC devido a não cumprimento das diretrizes de segurança em evento anterior. Por esse motivo foi determinada a interdição do Aeroporto para que sejam realizadas as devidas restaurações e adequações de acordo com as normas da ANAC. A restauração do Aeroporto ficará no valor de R\$364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais), valor que sairá da conta do ICMS Cultural. Será restaurado o prédio do Aeroporto e a pista. O hangar está em concessão e não será restaurado no momento. Na próxima pauta, a Secretária de Cultura explicou também sobre o Edital do Estado para contratação de uma consultoria para implementar o Sistema Municipal de Cultura. A Contratada foi Paula Alves Netto, através de processo de inexigibilidade, pois foi a única que apresentou a documentação necessária para este processo. Com a orientação dessa consultoria vamos implantar o Sistema Municipal de Cultura, o Fundo Municipal de Cultura que é diferente do Fundo Municipal de ICMS Cultural e o Plano Municipal de Cultura. Através da criação desse sistema poderão ser buscadas Emendas para compor recursos para este Fundo. A restauração do Aeroporto será paga com o dinheiro do ICMS Cultural, pois além de ser um Bem Tombado pelo Município, o prédio do Aeroporto está com sérios problemas que precisam de rápida reparação e não há tempo hábil para esperar por uma Emenda. Hoje estamos com o valor de R\$608.000,00 (seiscentos e oito mil reais) na conta do ICMS Cultural. Temos todo esse valor pois em 2022 não foi usado o dinheiro dessa conta. A Secretaria de Cultura solicitou que os Conselheiros analisem e votem sobre o uso desse dinheiro para restauração do Aeroporto. Os Conselheiros aprovaram por unanimidade o uso desse recurso na restauração do Aeroporto. O Conselheiro Demian ressaltou que a restauração é muito importante e necessária para haver a manutenção do Bem.

A Secretária de Cultura disse que tem a intenção de realizar um Edital para concessão do Aeroporto depois da restauração e a empresa que ganhar a licitação, além de realizar vários eventos realizará também a manutenção do Aeroporto. Os valores pagos pela concessão poderão ser vinculados ao Fundo Municipal de Cultura ou do Patrimônio e a restauração do Aeroporto além de necessária significa pontuação através do ICMS Cultural. Essa concessão de acordo com o Edital a ser elaborado pode ser de dez ou vinte anos, protegendo assim esse Patrimônio. O valor de trezentos e sessenta e quatro mil reais para restauração do Aeroporto é o valor inicial, podendo reduzir durante a realização do pregão. O Conselheiro Leandro Cândido disse que é preciso assegurar que a empresa que ganhar o pregão não apresente um material inferior, mas a Secretária de Cultura explicou que as especificações que estão descritas no Edital asseguram que o material seja de boa qualidade, pois aqueles que não atendem. Pois aqueles que não atenderem as especificações do Edital não serão selecionados. As portas do Aeroporto serão confeccionadas com madeira de cedro rosa, que já foram compradas. A próxima pauta foi referente aos novos membros desse Conselho: Maria Fernanda Cardoso, membro titular representante da Secretaria Municipal de Governo e Leandro Cândido de Carvalho, membro titular representante de Associações, ONGS e Academias ligadas ao teatro, dança e artes plásticas, conforme Decreto 9.109 de 08 de Março/2023. Deverá haver outra alteração no quadro deste Conselho quanto a Secretaria Municipal de Educação que tem pouca participação nas reuniões. Será solicitado que a Secretária de Educação altere os nomes dos Conselheiros para que haja uma efetiva participação dos mesmos. A presença da advogada Dra. Maria Fernanda Cardoso foi solicitada pela Secretária de Cultura, pois o Conselho precisa de explicações a apoio jurídico nas suas ações. A próxima pauta foi em relação a Fazenda Sharp ou Chácara da Miguela. A Conselheira Dra. Maria Fernanda explicou a situação relacionada a Fazenda Sharp. Existe um processo desde 2009 que envolvem o ex prefeito Clóvis Aparecido Nogueira, mais conhecido como Nega Véia, Natanael Paulino de Oliveira, mais conhecido como Natan e Zélia. O motivo desse processo é que a Fazenda Sharp foi tombada e na administração dessas pessoas acima citadas a Fazenda foi destruída, sendo descumpridas totalmente as leis que regem o Tombamento e sua respectiva proteção. Por esse motivo as três pessoas citadas acima pagarão 30% de seus rendimentos durante toda vida como penalidade pelo descuido com o Bem Público. O processo terminou em 2015. Os depósitos desses valores são feitos em contas judiciais criadas com a finalidade de reconstruir a Fazenda Sharp. Em uma das contas tem depositado o valor de R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais) mas como o depósito de cada pessoa indiciada é feito em uma conta separada, a AGM (Advocacia Geral do Município) solicitou ao Ministério Público o saldo das outras duas contas para que possamos saber o valor total dos depósitos. Com o final do processo a decisão tomada foi que a Fazenda Sharp deveria ser reconstruída pelo Município. Isso ocorreu no ano de 2015 e até então nada foi feito a respeito e a questão está se arrastando de uma gestão para outra. Foi realizado um projeto de reconstrução da Fazenda Sharp e aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio na época em que esta Secretaria era a Fundação Municipal de Cultura. No projeto aprovado a construção da Fazenda

Sharp aconteceria em doze meses. A Secretária de Cultura Renata Costa Prado esteve na Fazenda Sharp e apenas viu pedaços de paredes. A Fazenda Sharp está em uma propriedade privada que pertence ao Parque das Águas. Como citado em Ata anterior a Prefeitura propôs ao Ministério Público a compra da casa onde está a sede da Secretaria de Cultura e Patrimônio em troca de reconstruir a Fazenda Sharp. Os proprietários da casa têm interesse em vender e o processo de acordo de compra está bem adiantado. A Secretária de Cultura vai aguardar a resposta sobre o total dos valores depositados nas contas judiciais do processo referente a Fazenda Sharp para fazer uma votação com este Conselho definindo se aprova o uso desse dinheiro para a compra da atual sede da Secretaria de Cultura. O Dr. Leandro Pannain Promotor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais aceita o acordo proposto pela Prefeitura, ou seja, a compra da atual sede da Secretaria de Cultura em troca da reconstrução da fazenda Sharp, mas exige que após a compra a casa seja tombada. O dinheiro para a compra da sede virá das contas judiciais dos indiciados e do Município. O Conselheiro Demian perguntou o valor do aluguel da sede da Secretaria de Cultura. A Secretária de Cultura informou que o valor é de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Pago através da conta do ICMS Cultural, pois abriga o Acervo Synésio Fagundes que é um Bem Inventariado. O Conselheiro Leandro Cândido perguntou se a casa for comprada se a Secretaria de Cultura ficará definitivamente aqui, independente de quem estiver administrando o Município. A Secretária de Cultura Renata disse que para garantir isso poderá ser feito um Projeto de Lei e tudo será incluído dentro de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), podendo conter no mesmo que esta casa será permanentemente sede da Secretaria de Cultura e Patrimônio. A manutenção da sede será feita com o dinheiro do ICMS Cultural. Nossa pontuação atual é de 17,94 pontos. Referente a janeiro recebemos R\$23.507,50, em fevereiro recebemos R\$15.574,48 e em março recebemos R\$18.029,18. Quanto mais ações de salva guarda a Secretaria de Cultura realiza, mais ganha pontuação e mais recursos recebemos. Mesmo o pagamento do aluguel da sede pontua, pois abriga um Acervo Inventariado. Este ano completa dez anos que foi Registrada a Festa de Agosto, tanto a festa religiosa como a profana e vamos fazer a revalidação do Registro que nos garantirá a pontuação e todas as ações do Plano de Aplicação também vão pontuar. Sobre a sede da Secretaria de Cultura temos a intenção de comprar, fazer as reformas que forem necessárias e em seguida fazer o Tombamento da mesma. Sobre a compra da sede da Secretaria de Cultura serão colocadas no Grupo do Conselho do Patrimônio todas as notícias para manter os Conselheiros atualizados. Os Conselheiros debateram sobre a questão da substituição da reconstrução da Fazenda Sharp pela compra da atual sede da Secretaria de Cultura e após analisarem concordaram com o acordo, desde que a sede da Secretaria de Cultura permaneça na atual casa e a mesma seja Tombada. Solicitaram também que a permanência da Secretaria de Cultura na atual sede seja documentada no TAC (Termo de Ajuste de Conduta) que será feito em conjunto com o Ministério Público. A negociação da compra da casa então irá continuar e a Conselheira Dra. Maria Fernanda se colocou à disposição como advogada para esclarecer qualquer dúvida que os Conselheiros tenham sobre este assunto. A Secretária de Cultura disse ter a intenção de convidar futuramente o Dr. Leandro Pannain para uma reunião e este Conselho



para que tudo fique devidamente esclarecido. A pauta a seguir foi sobre o corrimão para a escadaria da Ermida. Sendo que este assunto também já foi citado em reuniões anteriores. A Ermida está fechada por falta de corrimão na escadaria que dá acesso a Igreja pelo Parque das Águas. Recebemos três orçamentos para a confecção do corrimão que deverá ser feito de aço inox para ter durabilidade. Os valores dos orçamentos estão em torno de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e estão com o Engenheiro da Prefeitura Thiago para que ele faça o Termo de Referência e entre em Licitação. Será feito apenas um corrimão no meio da escadaria que é suficiente para que o Corpo de Bombeiros abra o acesso para a Ermida. Além do corrimão que será pago com o dinheiro do ICMS Cultural o Padre Lucas, Pároco da Paróquia de São Lourenço Mártir, detentora do Bem Tombado Ermida procurou a Secretária de Cultura e solicitou que o Conselho do Patrimônio se responsabilize pela restauração da Ermida. A Secretária de Cultura explicou para o Padre Lucas que como detentora do Bem Tombado a Paróquia deve arcar com a restauração, pois tem condições financeiras para isso e o Conselho tem outras prioridades de investimento no momento. Mas a Secretária de Cultura trouxe esta questão para a reunião do Conselho para saber a opinião dos Conselheiros. Os Conselheiros lembraram da restauração feita na Ermida há alguns anos pela então Diretoria de Cultura e que seria apenas o trabalho de manter o que foi restaurado e isto não foi feito pela Paróquia. A Ermida pertence a Paróquia e a responsabilidade de manter o Bem é da Paróquia. A Secretaria de Cultura presta uma assistência solidária, mas o detentor do Bem é responsável por ele. A Secretária de Cultura solicitou que seja marcada uma reunião deste Conselho com o Sr. Leandro Goulart representante da Minalba e se possível também com o Padre Lucas Pároco de São Lourenço para juntos discutirem esta questão. Os Conselheiros concordaram que deve ser marcada outra reunião com o representante da Minalba e o Pároco. A próxima pauta foi sobre a viagem da Secretária de Cultura a Belo Horizonte no dia 24 de março, quando irá ao IEPHA para tratar do Programa Minas Santa. Nesse programa o Estado reunirá todos os roteiros religiosos em um único roteiro que abrangerá todos. São Lourenço entrará com a Peregrinação de Nhá Chica e qualquer dúvida dos Conselheiros poderá ser levada ao IEPHA, pois a Secretaria de Cultura tem acesso direto a eles. Os Conselheiros analisaram a questão da Ermida e decidiram que o ICMS Cultural arcará com o custo do corrimão, mas não pagará a restauração da Ermida. A próxima pauta foi sobre o Forró. O Forró foi registrado como Patrimônio Imaterial Nacional pelo IPHAN. A Secretária de Cultura propôs ao Conselho que o Município não faça o Registro do Forró e sim façamos uma revitalização onde acontece o forró na Praça João Lage (Praça Brasil) e usaremos o Registro Nacional do IPHAN para pontuar junto ao ICMS Cultural. Outra proposta é colocar música ao vivo no Forró uma vez por mês, sendo esta uma exigência do IPHAN para pontuação no ICMS Cultural. Será feito um chamamento público para Bandas de Forró, serão feitos panfletos de divulgação que serão usados como comprovação para pontuação. Os Conselheiros analisaram a questão e concordaram por unanimidade com a proposta da Secretária de Cultura sobre o Forró. A Secretária de Cultura disse que irá elaborar o Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Cultural, estando dentro dos assuntos discutidos nas reuniões e enviará para o Grupo dos Conselheiros para análise. A próxima pauta é sobre a Feira de Artesanato. As feiras de Artesanato

são pagas com o dinheiro do ICMS Cultural, pois o Coletivo de Artesanato é um Bem Registrado. O objetivo é entregar o local onde está a Feirart revitalizado até o final dessa gestão. O Coletivo de Artesanato é formado pela Feirart, o Caminho do Artesanato e o Trem das Artes. O Caminho do Artesanato está localizado no Mercado Municipal e não pagam ISS, pois existe uma lei Municipal que os isenta desse imposto e não pagam também aluguel. A Feirart organiza as feiras de Artesanato uma vez por mês, mas existe a AMAR, Associação Mineira de Artesanato que deu entrada em um pedido de cessão de espaço público para realizar uma feira durante o ano. O espaço foi liberado para a AMAR com a condição de colocar junto nesta feira o artesanato de São Lourenço. Os Coletivos de Artesanato foram avisados que participariam da feira junto com a AMAR. Mesmo assim a Presidente da Feirart Maria Eugênia Miguel Silva, mais conhecida como Turinha entrou com um pedido de espaço público para o mesmo período. Quando a Presidente da Feirart foi avisada que o espaço não poderia ser cedido devido a este acordo anterior ela divulgou o número do telefone particular da Secretária de Cultura em um grupo com noventa e seis pessoas e a Secretária de Cultura recebeu inúmeras ligações a respeito dessa questão até às 23 horas de uma sexta feira. A Presidente da Feirart divulgou também o número do telefone particular da Secretária de Cultura para os vereadores que começaram a ligar insistentemente e a Presidente da Feirart ligou também para o Secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas gerais Leônidas Oliveira, dizendo-se abandonada pela Secretaria de Cultura, seguindo-se um mal-entendido sobre toda a situação da Feira de Artesanato. A Presidente da Feirart cobrou do Coletivo Trem das Artes o espaço público que é gratuito. O Trem das Artes faz parte do Coletivo Registrado e tem o mesmo direito de participar das feiras e trouxe também uma tenda de louças para a feira cobrando R\$800,00 (oitocentos reais) pelo stand. Quando o Jornalista Rogério Brasil anunciou o stand de louça da Feira de Artesanato recebeu ameaças da Presidente da Feirart para retirar a propaganda do ar. O Jornalista procurou a Secretária de Cultura Renata Costa Prado e mostrou todos os áudios das ameaças. A Secretária de Cultura ligou para a Presidente da Feirart e disse que se este stand de louça entrasse na feira a mesma seria cancelada. A Presidente da Feirart devolveu o dinheiro para a proprietária das louças que não participou da feira. A Secretária de Cultura disse que trouxe esta pauta para que os Conselheiros saibam o que está acontecendo com a Feirart e com as Feiras de Artesanato, pois são Patrimônio Registrado pelo Município e para que os Conselheiros possam opinar e decidir sobre a situação. As pessoas que pertencem a Feirart estão enfrentando diversos problemas no local onde trabalham próximo ao Parque das Águas. Têm acontecido roubos, problemas com pessoas drogadas que sujam o local. Para tentar resolver essa situação a Secretária de Cultura se reuniu semana passada com o Sr. Adolfo que é Engenheiro da Prefeitura e propôs que o local onde está a Feirart seja cercado com uma grade que é aberta durante o dia e fechada à noite. Essa foi uma sugestão, mas o Sr. Adolfo está desenvolvendo outras ideias para auxiliar a Feirart a resolver essas questões e serão construídos dois banheiros no local. Cada Feira de Artesanato realizada tem o custo de R\$7.000,00 (sete mil reais) para a Secretaria de Cultura e para a construção desses banheiros teremos que diminuir o número de feiras anuais devido ao valor do investimento. No local onde

está hoje a Secretaria de Turismo, no Calçadão II será um Café Cultural. Este projeto já está pronto e já subiu na plataforma do IEPHA, pois o local é entorno do Parque das Águas que é Tombado pelo Estado. Após a liberação do projeto pelo IEPHA o local já entra em concessão para funcionamento e no contrato de concessão uma vez assinado é estritamente proibido qualquer tipo de evento no Calçadão II e as feiras de Artesanato serão realizadas no Estacionamento do Parque das Águas. A Secretária de Cultura consultou o Estatuto da Feirart e verificou que a atual Presidente não poderia estar ocupando este cargo pois seu mandato já expirou, sendo que ela está de forma irregular como Presidente da Feirart conforme o Estatuto. A Feirart tem sofrido denúncias devido a cobranças indevidas pela atual Presidente Maria Eugênia Miguel Silva (Turinha). A Prefeitura solicitou a lista de sócios contribuintes da Feirart e a Presidente disse não poder fornecer. Ou seja, o princípio da transparência nas informações não está sendo seguido. A Secretária de Cultura pretende marcar uma reunião no Salão do Hotel Brasil com os participantes da Feirart, convidar os Conselheiros, a Consultora de ICMS Cultural Paula Alves Netto para esclarecer a situação e definir medidas futuras com relação ao Coletivo de Artesanato e também as Feiras. Essa reunião se baseará no Estatuto da Feirart. Enquanto esta reunião não for marcada e as decisões tomadas as Feiras de Artesanato estarão canceladas. Nada mais havendo a declarar, eu, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes lavrei esta Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Renata Costa Prado 

Alexandre Paulino Lopes 

Maria Aparecida Martins Duarte Nunes 

Gilsea Pereira Gonzaga 

Luiz Cláudio de Almeida Maciel 

Demian Mendes Lage 

Leandro Cândido de Carvalho 

Maria Fernanda Cardoso 